



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

02/11/2017

INDICE

1. JORNAL AGORA SANTA INÊS	
1.1. PRESIDÊNCIA.....	1
2. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
2.1. DECISÕES.....	2 - 3
2.2. DESEMBARGADOR.....	4 - 5
2.3. SERVIDOR PÚBLICO.....	6 - 7
3. JORNAL O IMPARCIAL	
3.1. ASSESSORIA.....	8
3.2. DESEMBARGADOR.....	9 - 10
4. JORNAL O PROGRESSO	
4.1. CONVÊNIOS.....	11
5. JORNAL O QUARTO PODER	
5.1. AÇÕES TJMA.....	12 - 13
6. JORNAL PEQUENO	
6.1. AÇÕES TJMA.....	14
6.2. DECISÕES.....	15 - 17
6.3. DESEMBARGADOR.....	18 - 19
6.4. SERVIDOR PÚBLICO.....	20

Juiz de Bom Jardim que atuou contra a corrupção naquele município toma posse na Comarca de Buriticupu

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Cleones Cunha, empossou o juiz Raphael Leite Guedes como juiz titular na 1ª Vara da Comarca de Buriticupu, de entrância intermediária. Promovido pelo critério de antiguidade, em sessão plenária administrativa extraordinária do Tribunal de Justiça, o magistrado atuava até então na Comarca de Bom Jardim, de entrância inicial.

A posse ocorreu no gabinete da Presidência, na presença da vice-presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargadora Maria das Graças Duarte Mendes, e familiares do magistrado empossado. O desembargador Cleones Cunha desejou sucesso ao juiz na nova jornada profissional. Raphael Leite Guedes disse que, em Bom Jardim, cumpriu a árdua missão de desenvolver um intenso trabalho de combate à corrupção. “Deixamos a comarca sa-



A posse ocorreu no gabinete da Presidência do TJMA: “Deixo a comarca de Bom Jardim com o sentimento de dever cumprido e desejo ao novo colega sucesso para continuar o trabalho no combate à corrupção, com um Judiciário forte e atuante”, disse o juiz Raphael Leite

neada, demos celeridade aos processos, fizemos muitas audiências e proferimos aproximadamente nove mil atos judiciais em pouco mais de um ano”, ressaltou.

“Deixo a comarca com o sentimento de dever cumprido e desejo ao novo colega sucesso para continuar o trabalho no combate à corrupção, com um Judiciário forte e atuante”, frisou.

Sobre sua promoção, Raphael Guedes disse que é um novo desafio a ser enfrentado. “É possível desenvolver um bom trabalho em Buriticupu,

adotando as medidas que foram implementadas na Comarca de Bom Jardim e outras novas, objetivando sempre aprimorar a prestação jurisdicional”, afirmou.

O juiz ingressou na magistratura em 2015, como juiz substituto titularizado na Comarca de Pio XII, de onde foi removido – pelo critério de merecimento – para Bom Jardim, em 2016, sendo promovido, agora, para Buriticupu. (Por Orquídea Santos/Assessoria de Comunicação do TJMA / Foto: Ribamar Pinheiro)

EDITORIAL

Vandalismo e impunidade

Todos os dias, itens do patrimônio público e privado são alvos de vandalismo em São Luís. Além do dano físico - e, às vezes, sentimental - que causam, os atos guardam outro traço em comum: a impunidade. Raramente vê-se um vândalo respondendo pelo prejuízo que causou ao patrimônio público, o que abre caminho para a repetição desse crime, tão nocivo à sociedade. Exemplos de depredação não faltam na capital maranhense e vão desde a quebra de um banco ou janela de ônibus à decapitação de monumentos históricos, como o que há alguns anos ocorreu com o busto de Odorico Mendes, na praça batizada com o nome do célebre político, poeta, tradutor e humanista.

Qualquer cidadão nascido até meados dos anos 1990 lembra perfeitamente dos bustos da Praça do Pantheon. As peças, que ornaram por décadas um dos mais importantes logradouros públicos da

cidade, em memória de poetas, escritores e outras personalidades das letras e até mesmo da imprensa do Maranhão, foram retirados na década seguinte daquele local para onde foram concebidos e não mais retornaram.

Há alguns anos sob os cuidados da Academia Maranhense de Letras (AML), após terem sido restaurados, os bustos do Pantheon estão guardados no Museu Histórico e Artístico do Maranhão, onde podem ser apreciados como peça do acervo. Indagado sobre quando os monumentos retornarão ao lugar de origem, o presidente da AML, Benedito Buzar, é categórico ao responder que isso só acontecerá quando a praça for revitalizada e recuperar as condições de abrigar itens tão preciosos para a história e a cultura de São Luís.

Mais recentemente, a estátua da Mãe d'Água instalada no trecho da Avenida Pedro II em frente à Igreja da Sé também foi removida e acomodada no Museu Histórico. O motivo foi o mesmo de sempre:

vandalismo, um mal que parece sem solução, tamanha a omissão dos governantes diante da depredação do patrimônio da cidade.

O caso foi parar na Justiça, que determinou à Prefeitura que custeasse não só a recuperação do monumento, mas

também providenciasse meios de proteger e permitir sua visualização e conhecimento, incluindo-se a colocação de placas nas proximidades, informando a data de sua realização, autoria e prêmios recebidos, tudo no prazo de 180 dias. O Judiciário fixou

multa diária de R\$ 5 mil em caso de descumprimento, até o limite de R\$ 100 mil. Até o momento, não há informação oficial sobre o cumprimento da ordem judicial.

O patrimônio particular também é vandalizado permanentemente na capital maranhense. Pichações de muros, paredes e marquises, apedrejamento de luminárias e de câmeras de videomonitoramento, arranhões em veículos e destruição de orelhões são apenas alguns dos atos que causam prejuízos a indivíduos e empresas.

A lista de danos provocados por vândalos é tão extensa que não é exagero afirmar que São Luís é um terreno fértil para esse tipo de crime, tipificado pelo artigo 163 do Código Penal Brasileiro, o que torna o autor sujeito a multa ou prisão de um a seis meses.

Na capital maranhense, tem-se ainda o agravante de que se trata de uma cidade tombada pelo patrimônio histórico, o que torna esses atos verdadeiros atentados à humanidade.

**Raramente, vê-se um
vândalo respondendo
pelo prejuízo que
causou ao
patrimônio público**

ESTADO MAIOR

Novela I

A Justiça maranhense protagoniza uma novela longa e, ao que parece, ainda sem data para terminar.

O caso é do prefeito subjúdice de Bacabal, Zé Vieira, que perdeu os direitos políticos por três anos por ato de improbidade administrativa.

Em mais um recurso, Vieira pediu que o acórdão com a decisão que suspendeu seus direitos políticos tivesse os efeitos cancelados. A desembargadora de plantão, Cleonice Freire, decidiu conceder a liminar.

Novela II

Acontece que o relator do processo contra Vieira, desembargador José Castro, decidiu cassar a decisão da colega mantendo os efeitos da decisão presente no acórdão.

Com isso, Vieira não poderá reassumir o comando da Prefeitura de Bacabal, hoje com Florêncio Neto, vice do pepessista.

Agora é aguardar os próximos capítulos dessa novela, até mesmo porque a plantonista deste feriado prolongado do Tribunal der Justiça é a desembargadora Cleonice Freire.

TJ quer mais 3 vagas de desembargador

Pleno aprovou minuta de projeto que, se aprovada pelos deputados, deixará a Corte com 30 membros

CARLA LIMA

Subeditora de Política

O Maranhão poderá ter 30 desembargadores, caso seja aprovado o projeto de lei, já encaminhado à Assembleia Legislativa, que prevê a criação de mais três vagas de desembargador no Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ). A minuta do projeto de lei foi aprovada pela Corte na sessão administrativa de ontem.

O relator do projeto foi o desembargador Froz Sobrinho. Pelo parecer dele, é necessário aumentar o número de membros da Justiça de segundo grau devido à demanda de processos judiciais, que vem aumentando. De acordo com o magistrado, no Maranhão a demanda processual entre os anos de 2011 e 2016 mais que triplicou.

“No ano de 2011, foram distribuídos 6.262 processos, entre cíveis e criminais, sendo que em 2017, até o presente momento, já se encontram distribuídos, dentre físicos e eletrônicos, 22.129. Esses dados confirmam o aumento exponencial da demanda processual, situação que reclama a criação de cargos de desembargador para esta Corte de Justiça”, disse Froz Sobrinho

Ribamar Pinheiro/TJ



Froz Sobrinho foi o relator da proposta aprovada pelo pleno

Ainda segundo Froz, houve aumento no número de juízes de primeiro grau (foram criados seis cargos), o que corrobora com a ideia de que há mais processos oriundos do primeiro grau chegando ao TJ.

Sobre impactos financeiros – já que junto com o desembargador deverá ser criado cargos para assessores e também gastos com as prerrogativas dos magistrados como segurança e carro oficial –, o relator garante que há estudos que mostram ser possível dentro do orçamento inserir mais três desembargadores.

Claro que esse argumento vai de encontro com que o vem pregando o governador Flávio Dino, que é um cenário de crise econômica e, por isso, de contenção de gastos. ●

ASSEMBLEIA EM FOCO

Vencimentos

O Plenário aprovou o Projeto de Lei nº 279/2017, de autoria do Poder Judiciário, que altera as tabelas de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e das funções gratificadas do Quadro Único de pessoal do Poder Judiciário do Maranhão constantes do Anexo IV da Lei n.º 8.715, de 19 de novembro de 2007 e dos Anexos I e II da Lei n.º 8.727, de 07 de dezembro de 2007, para incorporar os percentuais decorrentes da conversão dos mesmos em URV e das ações ajuizadas em face da Lei Estadual nº 8.369, de 29 de março de 2006.

ESTADO MAIOR

E MAIS

- Os desembargadores aprovaram a minuta da proposta para aumento do salário dos servidores do Tribunal de Justiça.

O Supremo e as mídias sociais

JOAQUIM FALCÃO

PROFESSOR DA ESCOLA DE DIREITO DA FUNDAÇÃO
GETÚLIO VARGAS DO RIO DE JANEIRO

Saíram recentemente os resultados do Índice de Confiança na Justiça (ICJBrasil), pesquisa produzida pela Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, sobre a confiança dos brasileiros em suas instituições. Alguns dados chamam atenção, como a queda na avaliação da Justiça, uma vez que houve significativa redução em comparação com pesquisas realizadas em anos anteriores e, de forma geral, houve queda na confiança da população brasileira em quase todas as instituições avaliadas.

O que surpreende, contudo, é que, ao mesmo tempo que se observou uma queda geral no índice de confiança da população nas instituições, a confiança depositada nas redes ou mídias sociais, em um período de um ano, apresentou significativo aumento de 61%. Saiu da décima posição no ranking no índice de confiabilidade para atingir a terceira posição.

Nas primeiras pesquisas, somente estavam incluídas as seguintes instituições: Forças Armadas, Igreja Católica, Ministério Público, imprensa escrita, grandes empresas, emissoras de TV, polícia, Poder Judiciário, governo federal, Congresso Nacional e partidos políticos. Ou seja, eram aproximadamente 11 instituições avaliadas. Nas últimas pesquisas foram incluídos: o Supremo Tribunal Federal, como instituição distinta do Poder Judiciário, as redes sociais, distinta de Imprensa e televisão, por exemplo, e os sindicatos. São agora 14 instituições.

O brasileiro continua a confiar primeiramente nas Forças Armadas, e depois nas igrejas. A novidade é que, logo em terceiro lugar, confia nas mídias sociais, isto é, a internet, o Facebook e Twitter, por exemplo. Essa confiança nas mídias sociais vem antes da confiança na imprensa escrita, em quarto lugar, e das próprias emissoras de TV, em 5º em lugar.

Esse resultado é surpreendente. Em geral, um dos

argumentos no embate entre imprensa e mídias sociais é que os jornais e revistas, por exemplo, tinham filtros editoriais de credibilidade e veracidade. O leitor confia no jornal porque confia nos critérios de seus filtros. E as mídias sociais, como representam um território de liberdade maior, veiculariam notícias inverídicas, muita opinião sem sentido, e até fake news.

Não parece ser o caso. Uma das responsáveis pela pesquisa, a professora Luciana Gross tem uma explicação consistente para esse fenômeno. As pessoas confiam mais em quem elas conhecem melhor. E mutuamente se sintonizam. Elas conhecem as pessoas que lhes enviam notícias e opiniões por meio do Facebook, da internet e do Twitter.

Sem mencionar que as mídias sociais têm maior liberdade de expressão, e comunicam também e fortemente emoções, sentimentos, humor, crítica, por exemplo. Foi o que se viu no debate recente do Supremo sobre o papel da raiva na decisão de um ministro.

Mesmo tendo a mídia tradicional tratado desse debate com cautela, assim não o fizeram as mídias sociais, nas quais houve grande repercussão. O debate entre ministros se transformou em trend topics, com nítida vantagem para o ministro Luís Roberto Barroso. Como se ele simbolizasse melhor, o ideal de Justiça e de comportamento dos internautas.

Outra novidade a ser destacada é o fato de a confiança no Poder Judiciário e no Supremo Tribunal Federal apresentar números iguais. Ambos têm apenas 24% de confiança dos cidadãos. E estão em nono e décimo lugares, em um total de quatorze instituições. Somente à frente dos Sindicatos, do Congresso Nacional, dos Partidos Políticos e do Governo Federal.

Como não temos ainda uma série histórica é difícil interpretar essa igualdade de confiança entre Supremo e Poder Judiciário. Pesquisa realizada, havia uns poucos anos, por Luci de Oliveira e por mim, evidenciava que era o Supremo Tribunal Federal que, de alguma forma, chamava mais a atenção dos internautas, competindo apenas com temas criminais, como, na época, o caso do goleiro Bruno, o que pode estar se confirmando.

Na confiança dos cidadãos, o Supremo molda o Poder Judiciário, embora essa seja apenas a ponta do iceberg. Mas esse resultado também sugere duas outras explicações. A crescente atenção que alguns ministros concedem às mídias sociais, alguns com Facebook e Twitter. E a excessiva centralização da produção de justiça no Supremo.

Mais três desembargadores

Pleno do TJMA aprovou, por maioria, minuta de Projeto de Lei para criação de três novos cargos de desembargador. O projeto será agora encaminhado à Assembleia

PAULO DE TARSO JR.

Atualmente, o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) possui 27 desembargadores, mas esta quantidade poderá aumentar em breve. Isso porque o Pleno do TJMA aprovou, por maioria, minuta de Projeto de Lei para criação de três novos cargos de desembargador. O projeto será agora encaminhado à Assembleia Legislativa e, caso seja aprovado pelos deputados estaduais e posteriormente sancionado pelo governador Flávio Dino, a Corte estadual de Justiça passará a contar com 30 desembargadores.

O desembargador Froz Sobrinho foi o relator do projeto apresentado na sessão do colegiado desta semana. Ele afirmou que a criação de três novos cargos de desembargador é necessária. Segundo o magistrado, houve um aumento das demandas processuais nos últimos anos no âmbito da Justiça estadual, o que justificaria a necessidade de aumentar o número de desembargadores.

Ao defender o projeto, Froz Sobrinho analisou que a medida contribuirá para uma redução do volume de processos na esfera da Justiça de segundo grau. Quan-

to aos impactos no orçamento, o desembargador afirmou que estudos financeiros comprovam que é perfeitamente possível fazer isso agora.

Outra justificativa apontada para a criação dos três novos cargos de desembargador diz respeito ao aumento do número dos cargos de juízes de 1º grau. A Lei Complementar nº 188/2017 criou seis cargos de juiz de Direito auxiliar de entrância final para a Comarca da Ilha de São Luís. “O quantitativo de magistrados de 2º grau não acompanha o mesmo crescimento e nem mesmo chega perto da média nacional em relação aos Tribunais de similar estatura”, declarou Froz Sobrinho.

O Projeto de Lei aprovado pelo Pleno do TJMA altera a Lei Complementar nº 14/91 (Código de Divisão e Organização Judiciárias do Estado do Maranhão), mais precisamente os artigos 17 (composição da Corte para 30 Desembargadores), parágrafos 2º e 5º do artigo 18 (aumento do número de câmaras cíveis isoladas e do número de membros para composição das câmaras cíveis reunidas) e artigo 22, caput e parágrafo 1º (nova composição de membros para o Plenário).

Dados

De acordo com dados levantados pela Associação dos Magistrados do Maranhão (Amma), a demanda processual entre os anos de 2011 e 2016 mais que triplicou. Para o desembargador, a pesquisa do “Justiça em Números 2017”, realizada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), reconheceu que o Maranhão fica muito abaixo da média nacional em relação ao número de desembargadores se comparado a outros tribunais.

Froz Sobrinho ressaltou que há unidades da federação que possuem adensamento populacional similar ao do Maranhão, como, por exemplo, Goiás e Santa Catarina, ambos considerados de médio porte, mas que possuem um corpo jurídico mais robusto, compostos, respectivamente, de 36 e 89 desembargadores.

“No ano de 2011, foram distribuídos 6.262 processos, entre cíveis e criminais, sendo que, em 2017, até o presente momento, já se encontram distribuídos, dentre físicos e eletrônicos, 22.129. Esses dados confirmam o aumento exponencial da demanda processual, situação que reclama a criação de cargos de desembargador para esta Corte de Justiça”, enfatizou.



TJMA aumenta de tamanho

Está pronto para ser encaminhado à Assembleia Legislativa o projeto de lei do Tribunal de Justiça do Maranhão, criando três vagas de desembargador. O presidente Cleones Cunha fundamenta a ampliação de 27 para 30 cadeiras no pleno, o volume de demandas no primeiro grau e a comparação com outros estados do porte do Maranhão, que têm maior número de membros no segundo grau.

Disputa interna

O que não define no projeto do TJ é se o preenchimento das vagas será feito pelos critérios de antiguidade ou de merecimento. Por este último, o juiz José Jorge Figueiredo teria direito a uma vaga, por já ter concorrido três vezes. Por antiguidade, tem José Luiz Gonzaga Almeida e Josemar Lopes dos Santos, que foi revisor de **O Imparcial** na década de 60.

MPMA lança campanha de prevenção contra drogas em mais cinco cidades no Sul do Maranhão



Fotos - Iane Carolina - CCOM-MPMA

O Ministério Público do Maranhão fez o lançamento da Campanha Maranhão na Prevenção às Drogas em mais cinco cidades do Sul do Maranhão. Na sexta, 25, o lançamento foi em Grajaú e incluiu as cidades de Formosa de Serra Negra e Itaipava de Grajaú. Na segunda, 30, o projeto foi lançado nas cidades de Carolina e Riachão. Com a inclusão destas localidades, já são mais de 70 municípios participantes. A meta é que até o fim do ano 100 municípios façam adesão à campanha.

O projeto tem como objetivo propor medidas e ações que visem à prevenção do uso indevido de drogas, além do cuidado, tratamento e reinserção social dos usuários e dependentes. A campanha é realizada por uma parceria entre instituições que integram o Comitê Estadual de Prevenção às Drogas, composto pelo Ministério Público do Maranhão, Poder Judiciário Estadual, Poder Legislativo e Polícia Rodoviária Federal, com o apoio do Governo do Maranhão e Federação dos Municípios.

O procurador-geral de justiça, Luiz Gonzaga Martins Coelho, presidiu a solenidade em Carolina e Riachão. Ele afirma que os principais problemas do país são a corrupção e o consumo de drogas. O procurador-geral diz que a campanha objetiva, principalmente, chamar a sociedade para discutir a responsabilidade de cada um no combate e prevenção ao uso indevido de drogas.

“É dever do Ministério Público, da escola, da sociedade levar esta mensagem a todas as pessoas para que este assunto possa chegar à casa de cada um de nós e discutir o que aprendemos aqui hoje para que nossos jovens não entrem neste mundo, que é o de consumo de drogas”, ressaltou Luiz Gonzaga.

O presidente da Associação do Ministério Público do Estado do Maranhão (Ampem), Tarcísio Bonfim, parabenizou a instituição pela iniciativa. Ele afirma que a finalidade de todas as instituições sociais é promover o bem da sociedade e isso também se dá através da participação popular. Por isso nesta campanha, o projeto prevê legislação própria para a criação de conselhos de prevenção às drogas. “Esta participação popular é de fundamental importância, porque nossas ações precisam estar atentas com as preocupações da sociedade. Estamos aqui formalizando um pacto pela vida, que é o bem mais precioso que temos”, diz o presidente da Ampem.

O promotor de justiça Crystian Gonzalez Boucinhas, diretor das Promotorias de Grajaú, disse que o município tem muito a ganhar com o projeto a ser implementado. Para ele, as drogas assolam a sociedade como um todo e, segundo estatísticas, mais da metade dos adolescentes em conflito com a lei se envolvem com a criminalidade por conta do vício em drogas. “As drogas lotam hospitais, presídios, devastam famílias. É um

problema sério que precisamos enfrentar”, acentuou.

O promotor de justiça de Carolina, Marco Túlio Rodrigues, fez uma dinâmica com os jovens que participaram da audiência pública no município. Com a ajuda do procurador-geral de justiça e do presidente da Ampem, ele chamou um aluno participante do evento para dizer o nome da campanha e ganhar o prêmio de R\$ 500.

Em Riachão, o promotor de justiça Adoniran Souza Guimarães enfatizou que a prevenção é a melhor forma de trabalhar com a temática. Ele relata que muitos pais o procuram para ajudar com filhos envolvidos com drogas, mas ele sabe que é muito difícil tratar um dependente químico. “Nós queremos trabalhar com prevenção para diminuir a cada dia o caráter repressivo, para diminuir as internações, porque a droga muitas vezes é um caminho sem volta”, afirmou o promotor.

Palestra

Durante a solenidade, a promotora de justiça Sandra Fagundes, de Açailândia, esclareceu que os objetivos da iniciativa incluem a criação e aprovação de leis que criem fundos e conselhos municipais para discutir e fomentar a prevenção às drogas nos municípios. “Na maioria dos júris que fazemos, os réus estão ali porque se envolveram de alguma forma com drogas. Por isso, é preciso captar recursos e mobilizar ações junto com a soci-

idade para reverter este quadro”, destacou.

Prevenção

Na oportunidade, a promotora de Açailândia mostrou aos jovens e crianças os efeitos que as drogas podem causar nos indivíduos, por meio de slides contendo relatos de pessoas que já utilizaram diversos entorpecentes. Ela afirma que um dos objetivos da campanha é mostrar os males que a droga traz e evitar que mais jovens entrem neste caminho. “A droga mata pelo consumo ou pelo envolvimento no mundo do crime. Temos que acabar com esse ciclo e, por isso, devemos trabalhar com educação preventiva”, ressaltou.

O evento contou com o relato pessoal de um ex-dependente químico. Daniel Gonçalves relatou que perdeu a mãe quando ainda era criança e que por influência dos amigos usou cocaína e crack. Hoje ele se alegra de ter largado o vício e formado uma família. Além de ter um filho pequeno, Daniel e a esposa esperam o nascimento de outra criança.

O recado que deixa para os jovens é não experimentar pela primeira vez. “A minha vida foi muito conturbada e eu me deixei levar. Mas eu digo para vocês que a droga só destrói a vida das pessoas, ela não traz nada de bom. Como a própria música diz, ‘é preciso saber viver’. Hoje eu encontrei o meu caminho”, declarou Daniel. (Iane Carolina / CCOM-MPMA)

MPMA lança campanha de prevenção contra drogas em mais cinco cidades no Sul do Maranhão



Em mais cinco cidades no Sul do Maranhão

MPMA lança campanha de prevenção contra drogas

O Ministério Público do Maranhão fez o lançamento da Campanha Maranhão na Prevenção às Drogas em mais cinco cidades do Sul do Maranhão. Na sexta, 25, o lançamento foi em Grajaú e incluiu as cidades de Formosa de Serra Negra e Itaipava de Grajaú. Na segunda, 30, o projeto foi lançado nas cidades de Carolina e Riachão. Com a inclusão destas localidades, já são mais de 70 municípios participantes. A meta é que até o fim do ano 100 municípios façam adesão à campanha.

O projeto tem como objetivo propor medidas e ações que visem à prevenção do uso indevido de drogas, além do cuidado, tratamento e reinserção social dos usuários e dependentes. A campanha é realizada por uma parceria entre instituições que integram o Comitê Estadual de Prevenção às Drogas, composto pelo Ministério Público do Maranhão, Poder Judiciário Estadual, Poder Legislativo e Polícia Rodoviária Federal, com o apoio do Governo do Maranhão e Federação dos Municípios.



O procurador-geral de justiça, Luiz Gonzaga Martins Coelho, presidiu a solenidade em Carolina e Riachão. Ele afirma que os principais problemas do país são a corrupção e o consumo de drogas. O procurador-geral diz que a campanha objetiva, principalmente, chamar a sociedade para discutir a responsabilidade de cada um no combate e prevenção ao uso indevido de drogas.

"É dever do Ministério Público, da escola, da sociedade levar esta mensagem a todas as pessoas para que este assunto possa chegar à casa de cada um de nós e discutir o que aprendemos aqui hoje

para que nossos jovens não entrem neste mundo, que é o de consumo de drogas", ressaltou Luiz Gonzaga.

O presidente da Associação do Ministério Público do Estado do Maranhão (Ampem), Tarcísio Bonfim, parabenizou a instituição pela iniciativa. Ele afirma que a finalidade de todas as instituições sociais é promover o bem da sociedade e isso também se dá através da participação popular. Por isso nesta campanha, o projeto prevê legislação própria para a criação de conselhos de prevenção às drogas. "Esta participação popular é de fundamental importância, porque

nossas ações precisam estar atentas com as preocupações da sociedade. Estamos aqui formalizando um pacto pela vida, que é o bem mais precioso que temos", diz o presidente da Ampem.

O promotor de justiça Cristian Gonzalez Boucinhas, diretor das Promotorias de Grajaú, disse que o município tem muito a ganhar com o projeto a ser implementado. Para ele, as drogas assolam a sociedade como um todo e, segundo estatísticas, mais da metade dos adolescentes em conflito com a lei se envolvem com a criminalidade por conta do vício em drogas. "As drogas lotam hospitais, presídios, devastam famílias. É um problema sério que precisamos enfrentar", acentuou.

O promotor de justiça de Carolina, Marco Túlio Rodrigues, fez uma dinâmica com os jovens que participaram da audiência pública no município. Com a ajuda do procurador-geral de justiça e do presidente da Ampem, ele chamou um aluno participante do evento para dizer o nome da campanha e ganhar o prêmio de R\$ 500.

Plenário da Assembleia

VENCIMENTOS

O Plenário aprovou o Projeto de Lei nº 279/2017, de autoria do Poder Judiciário, que altera as tabelas de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e das funções gratificadas do Quadro Único de pessoal do Poder Judiciário do Maranhão constantes do Anexo IV da Lei n.º 8.715, de 19 de novembro de 2007 e dos Anexos I e II da Lei n.º 8.727, de 07 de dezembro de 2007, para incorporar os percentuais decorrentes da conversão dos mesmos em URV e das ações ajuizadas em face da Lei Estadual nº 8.369, de 29 de março de 2006.

Informe JP

Danos morais

A recusa de cobertura assistencial em cirurgia de emergência para implantação de marcapasso resultou em condenação por danos morais a ser paga pela Unimed, no valor de R\$ 15 mil, a um beneficiário do plano de saúde. A decisão da 5ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) manteve sentença de primeira instância.

Justiça Federal determina continuidade de concurso e resultado é homologado

Terá continuidade, a partir desta quarta-feira (1º), o andamento do Concurso Público de Provas e Títulos para Outorga de Delegação de Serviços de Notas e de Registro do Estado – ingresso e remoção, promovido pelo Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), que já está na fase de publicação do resultado final. A determinação é do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, que, atendendo a pedido da Procuradoria Geral do Estado do Maranhão (PGE/MA), derrubou a decisão liminar da 5ª Vara da Justiça Federal, datada de

13 de outubro de 2017, que suspendia todos os atos do concurso a pedido de tabelião do 8ª Tabelionato de Notas de São Luís.

De acordo com a decisão, assinada pelo desembargador federal Hilton Queiroz, presidente do TRF 1ª Região, foram acolhidas as justificativas apresentadas pela PGE, valendo ressaltar que a liminar que havia suspenso o concurso afetava não só “o ingresso por remoção de seus 51 aprovados, mas também atinge o concurso de ingresso por provimento,

atingindo o total de 257 aprovados”.

Diante da nova decisão, datada de 30 de outubro, o presidente do Tribunal de Justiça, Cleones Cunha, levou à Sessão Plenária desta quarta-feira (1º) a homologação do resultado final do concurso – lista de aprovados apresentada pelo IESES nessa terça-feira (31).

O resultado foi homologado pelo Pleno do TJMA e, assim que publicada a resolução, a lista será disponibilizada no site do concurso e no Portal do Poder Judiciário do Maranhão.

Danos morais

Recusa de cirurgia para implantação de marcapasso resulta em condenação de plano

A recusa de cobertura assistencial em cirurgia de emergência para implantação de marcapasso resultou em condenação a ser paga pela Central Nacional Unimed, no valor de R\$ 15 mil, ao beneficiário do plano de saúde. A decisão da 5ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) manteve sentença de primeira instância.

O órgão colegiado entendeu como abusiva a negativa de cobertura do plano de saúde, com base em precedentes do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e do próprio TJMA. Apontou documentos juntados aos autos, como a prescrição do médico especialista, que demonstram que o paciente apresenta um elevado risco de acidente vascular, necessitando urgentemente da cirurgia para implantação do marcapasso. Em seu apelo contra a sentença da 3ª Vara Cível de São Luís, o plano de saúde alegou que agiu pautado nas cláusulas contratuais firmadas, assim como nas normas

estabelecidas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

O desembargador José de Ribamar Castro (relator) disse que o caso trata de relação de consumo, prevista no Código de Defesa do Consumidor (CDC). Examinou as provas nos autos, em especial o relatório médico e a solicitação de internação, constatando a necessidade de o autor ser submetido ao tratamento. Depois de demonstrada a ilegalidade da conduta da Central Nacional Unimed em negar a cobertura assistencial de urgência, os desembargadores concluíram pela obrigação de indenizar o beneficiário, por danos morais, em razão da aflição, angústia e sofrimento, o que, no entendimento deles, certamente acentuou os abalos psicológicos decorrentes da enfermidade. Os desembargadores Raimundo Barros e Ricardo Duailibe também negaram provimento ao recurso do plano de saúde.

Aprovada minuta do Projeto de Lei que cria três novos cargos de desembargador

O Pleno do Tribunal de Justiça do Maranhão aprovou, por maioria, nessa quarta-feira (1º), minuta de Projeto de Lei para criação três novos cargos de desembargador. O projeto – apresentado na sessão do colegiado sob a relatoria do desembargador Froz Sobrinho – será encaminhado à Assembléia Legislativa do Maranhão. Caso seja aprovado no Parlamento Estadual e sancionado pelo governador do Estado, a Corte estadual de Justiça passará a contar com 30 desembargadores. O desembargador Froz Sobrinho afirmou que a criação de três novos cargos de desembargador justifica-se pelo aumento acentuado das demandas processuais, nos últimos anos,

no âmbito da Justiça estadual. Segundo o magistrado, a medida contribuirá para que haja uma redução do volume de processos na esfera da Justiça de Segundo Grau. Quanto aos impactos no orçamento, o desembargador afirmou que estudos financeiros comprovam que é perfeitamente possível fazer isso agora. Citando dados levantados pela Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA) – que oficializou a criação dos novos cargos junto ao Tribunal de Justiça – Froz Sobrinho afirmou que a demanda processual entre os anos de 2011 e 2016 mais que triplicou, registrando um aumento exponencial de trabalho, em relação a outros Tribunais de médio porte, conforme classificação

do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) que, através da pesquisa “Justiça em Números 2017”, reconheceu que o Maranhão fica muito abaixo da média em relação ao número de desembargadores. O Projeto de Lei aprovado pelo Pleno do TJMA altera a Lei Complementar nº 14/91 (Código de Divisão e Organização Judiciárias do Estado do Maranhão), mais precisamente os artigos 17 (composição da Corte para 30 desembargadores), parágrafos 2º e 5º do artigo 18 (aumento do número de câmaras cíveis isoladas e do número de membros para composição das câmaras cíveis reunidas) e artigo 22, caput e parágrafo 1º (nova composição de membros para o Plenário).

Informe JP

Mais três desembargadores

O Pleno do Tribunal de Justiça aprovou, por maioria, ontem (1º), minuta de Projeto de Lei para criação três novos cargos de desembargador.

O projeto, com relatoria do desembargador Froz Sobrinho, será encaminhado à Assembleia Legislativa do Maranhão.

Caso seja aprovado na Assembleia e sancionado pelo governador, a Corte estadual de Justiça passará a contar com 30 desembargadores.

Informe JP

TJMA aprova minuta da proposta que garante aumento aos servidores

O Pleno do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) aprovou nesta quarta-feira (1), em sessão plenária administrativa, a proposta de aumento nos vencimentos de servidores efetivos e comissionados do Judiciário estadual, no índice de 5%, a vigorar a partir do mês de dezembro.

A proposta foi apresentada no colegiado pelo presidente do TJMA, desembargador Cleones Cunha, que destacou o trabalho desenvolvido na atual gestão para buscar o equilíbrio financeiro, num período em que o Brasil atravessa uma grave crise financeira e política.

O presidente do Tribunal de Justiça disse que essa melhora permitiu que o Poder Judiciário do Maranhão adotasse algumas medidas, como o aumento concedido desde janeiro passado, de 6,3%, e, agora, o aumento de 5% aprovado pelo Pleno da Corte estadual de Justiça.

A minuta de Projeto de Lei da proposta será encaminhada à Assembleia Legislativa e, se novamente aprovada, será submetida à sanção do governador Flávio Dino.

O presidente Cleones Cunha explicou que o aumento a ser incorporado em dezembro não alcança o índice que ele pretendia conceder, mas é o possível, no momento, dentro da realidade que o Brasil vive e do orçamento do Poder Judiciário.